

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Pibinho bom tem sintoma de vírus que ameaça 2022 e 2023.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

PIB ganha fôlego, mas deve desacelerar com força no 2º semestre.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo cogita decretar novo estado de calamidade.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
SERVIDOR PÚBLICO

O Estado não é inimigo da cidadania.....6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco prega respeito à Justiça Eleitoral e à imprensa.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plano do PT prevê taxaço de fortunas e novo Bolsa Família.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A recuperação cíclica da economia brasileira (Artigo).....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dia sem imposto alivia preços.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O PIB de 2023 (Editorial).....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O PIB da reabertura, Putin e eleição - NELSON BARBOSA.....15

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Putin invadiu a Europa, não apenas a Ucrânia (Artigo).....16

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Teto do ICMS pode tirar R\$ 21 bi da Educação.....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula tenta reparar dano com tucanos.....20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

MP investiga cachê pago em mais 23 municípios.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Compra de mansão por Flávio Bolsonaro é cercada de dúvidas.....23

Sexta-Feira, 3 de Junho de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo avalia PEC em lugar de calamidade para subsidiar combustíveis..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Campanhas de Tebet e Ciro articulam pacto de não agressão e agenda comum..... 27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

PIB confirma desalento da economia (Editorial)..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Para governo, crescimento do PIB é "robusto" e indica recuperação..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

IBGE não divulga taxa de poupança por falta de dados..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Relator negocia mudanças no ICMS..... 32

Pibinho bom tem sintoma de vírus que ameaça 2022 e 2023

Vinicius Torres Freire

O **PIB** cresceu mais do que se esperava no fim do ano passado ou mesmo faz um par de meses. No conjunto, os números do desempenho da economia no primeiro trimestre não contaram novidades sobre o que tem acontecido no país depois da epidemia, mas são meio desanimadores quanto aos meses à frente.

O número mais relevante, para quem quer olhar um pouquinho mais adiante, foi a queda do investimento (em novas instalações produtivas, residências, máquinas, equipamentos, softwares etc.). Quando se soma esse tombo às perspectivas para o consumo privado de agora em diante, parece que as previsões dos economistas para o segundo semestre devem se confirmar. Isto é, economia crescendo menos, talvez encolhendo, para fechar o ano com alta do **PIB** um tico maior do que 1,5%. É mais ou menos o ritmo do país de 2017 a 2019, entre a Grande Recessão e a epidemia, menos do que medíocre.

Se o crescimento nos próximos três trimestres for zero, ainda assim a economia, o **PIB**, terá crescido 1,47% sobre a média de 2021.

Ainda quando se mede o **PIB** pela perspectiva das despesas (no que se gastou), o maior destaque foi a alta de exportações (vendas de bens e serviços para o exterior) e a queda de importações. Ou seja, a demanda doméstica (o gasto dos residentes do país em consumo ou investimento) foi fraca -na verdade caiu, no primeiro trimestre.

O número do investimento indica que as empresas estão indo para a retranca (por causa juros altos, perspectivas medíocres, mundo crescendo menos, incerteza política, baderna administrativa e legal). Ou também por dificuldades de importar, dada a desordem na produção mundial de insumos, por causa de epidemia e guerra.

Quando se trata do **PIB** pelo lado da produção, o mais notável, mas esperado, é a alta contínua do setor de serviços. É o efeito da reabertura ou a reconstrução do setor que foi mais arrasado pelas restrições causadas pela Covid. Pode ser também que a irrigação da renda das exportações (commodities caras) e o avanço do e-commerce tenha dado ajudado extra (em especial em transportes). O país jamais consumiu tanto diesel nos

últimos 20 anos.

O ramo dos serviços que mais cresceu e que deu maior contribuição ao avanço geral do **PIB** no trimestre, porém, foi "outros serviços": hotéis, restaurantes e assemelhados, serviços de profissionais, educação e saúde privadas, artes, esporte etc. A recuperação do emprego até agora, neste ano, relevante, também deve ter contribuído.

Se o "consumo das famílias" (despesa privada de consumo) vai mesmo apanhar a partir do terceiro trimestre e o investimento vai continuar desanimado ou em queda, difícil ver como o ritmo até bom desta primeira metade do ano possa se manter.

A alta dos juros vai pesar mais, no consumo e na construção civil. A **inflação** vai continuar acima de 10% ao ano até setembro, pelo menos. Talvez o IPCA feche o ano em 8%. A carestia ajuda a reduzir os salários, os menores da década, na média e em termos reais. As rendas transferidas pelo governo (Auxílio Brasil) vão ter menos efeito, comidas pela **inflação**. Aumentos transitórios da renda disponível vão perder efeito (saque do FGTS, 13o do **INSS** antecipado). A economia mundial deve crescer menos.

Afora desastres e surpresas positivas, esse é o quadro. Há incógnitas, coisas que o **PIB** e a maioria dos indicadores não contam. Há algo mais nessa recuperação de serviços? Isto é, o setor reconstruído seria mais eficiente ou inovador? Alguns anos de reformas liberais teriam causado alguma mudança de fundo, ainda invisível? Houve mesmo investimento em automação, como dizem evidências anedóticas? São chutes especulativos, apenas.

No mais, até agora, ainda que melhor do que o esperado até o início deste ano, o crescimento da economia parece cronicamente encalacrado naquele ritmo de 1,5% ao ano, quando não leva uma paulada dos juros, como ocorre agora. As perspectivas para 2023 são de estagnação, crescimento zero (isto é, queda do **PIB** per capita).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49931&anchor=6457045&pd=04b81c97155757fce38de69e08c6a26a>

PIB ganha fôlego, mas deve desacelerar com força no 2º semestre

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Governo cogita decretar novo estado de calamidade

Lu Aiko Otta e Fabio Murakawa De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

O Estado não é inimigo da cidadania

Fernando Luiz Abrucio

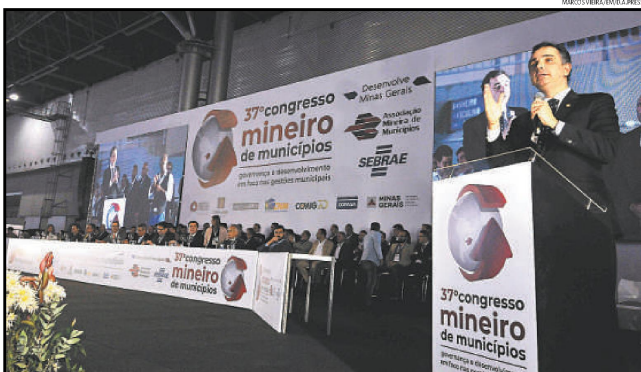
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=36§ion=6

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=36§ion=6

Pacheco prega respeito à Justiça Eleitoral e à imprensa



“ Todos nós temos o compromisso genuíno, sincero e importante com a democracia em nosso país, de fazer valer a liberdade das pessoas, do Estado de direito, as liberdades individuais e os direitos fundamentais. É muito importante que não nos abatemos nesse ambiente, que é o único possível para o progresso da nação”

■ Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, em discurso no Congresso Mineiro dos Municípios, em Belo Horizonte

Thiago Bonna e Roger Dias

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD), afirmou, ontem à noite, em Belo Horizonte, ao comentar as eleições gerais que serão realizadas em outubro, que o principal compromisso do Legislativo é zelar pela liberdade de voto e da imprensa. "O Brasil precisa garantir seu processo eleitoral com respeito às liberdades, à imprensa e à Justiça Eleitoral. Preciso ter esse olhar geral para que tenhamos as eleições livres e limpas." O parlamentar participou do 37º Congresso Mineiro dos Municípios, no Expominas, na capital mineira,

"Todos nós temos o compromisso genuíno, sincero e importante com a democracia em nosso país, de fazer valer a liberdade das pessoas, do Estado de direito, as liberdades individuais e os direitos fundamentais. É muito importante que não nos abatemos nesse ambiente, que é o único possível para o progresso da nação", afirmou o presidente do Senado. O processo eleitoral brasileiro tem sido alvo frequente de críticas do presidente Jair Bolsonaro, que levanta suspeitas sobre a eficácia das urnas eletrônicas, embora o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) descarte irregularidades. O próprio Pacheco, em outras oportunidades, já saiu em defesa da lisura das urnas eletrônicas.

Sobre a eleição em Minas, Rodrigo Pacheco manifestou apoio ao ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, pré-candidato do PSD ao governo do estado. Ele comentou a aliança de Kalil com o ex-

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, o que dará um só palanque para ambos no estado. "É normal que as alianças partidárias aconteçam e exista esse tipo de discussão. Em Minas Gerais, temos nosso pré-candidato, que é Alexandre Kalil. Há uma manifestada preferência dele de fazer aliança com o PT. É algo que o partido cuidará e no momento certo isso será efetivado", afirmou Pacheco.

Pacheco se encontrou com o governador Romeu Zema (Novo) no evento, mas disse que caminhará junto com o ex-prefeito de Belo Horizonte. "Tendo um candidato do partido, que é o ex-prefeito Alexandre Kalil, e ele terá nosso apoio. E o candidato ao Senado, que é o senador Alexandre Silveira, também terá nosso apoio", afirmou. Além de Kalil, o PSD também deverá lançar a candidatura do senador Alexandre Silveira, presidente do partido em Minas, em busca de novo mandato.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco também disse que é muito difícil a **reforma tributária** tramitar no Congresso em 2022. De acordo com o senador, o texto ainda é objeto de divergências entre parlamentares e a sociedade civil, o que deve atrasar sua análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. "A **reforma tributária** é muito complexa e reconhecemos as dificuldades de se ter convergência em relação a ela. Avançamos muito na concepção do texto, a Proposta de Emenda à Constituição 110. Está na relatoria do cidadão Roberto Rocha e há uma intenção de se pautar na Comissão de Constituição e Justiça, mas há resistência. Estamos buscando consensos. Em algum momento vamos ter de fazer a reforma. Nosso estado tributário é falho."

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/06/2022/p1>

Plano do PT prevê taxaço de fortunas e novo Bolsa Família



Julia Chaib e Thiago Resende

Os sete partidos da coligaço do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começaram a traçar as linhas gerais do plano de governo que indicam uma guinada na conduço da economia do país e uma reformulaço da área social, inclusive com a possibilidade de mudar a marca do programa de transferênça de renda para Novo Bolsa Família.

Membros do grupo responsável pelo documento relataram à Folha que, na área econômica, a orientaço é ampliar o investimento e propor uma **reforma tributária** com simplificaço de **impostos** e criaço de uma taxaço sobre grandes fortunas.

Para ampliar o investimento, inclusive público, a campanha de Lula discute reformular o teto de gastos (regra que impede as despesas públicas de crescer acima da **inflaço**) e buscar novas fontes de financiamento público e privado.

No PT, há quem defenda a revogaço do teto de gastos, de um modo geral -mas, em outros partidos, há uma ala que busca por um meio -termo. Isto é, revogar o teto apenas para determinados tipos de gastos, como os da área social, e manter para outras despesas.

As diretrizes para o programa de governo de Lula ainda estão em discussão e aversão preliminar precisa ser aprovada por instâncias partidárias.

O objetivo, segundo o documento em debate, é trocar o liberalismo econômico por uma estratégia de "desenvolvimento justo, solidário e sustentável". Além disso, há a intença de que o plano de governo tenha políticas públicas para combater a **inflaço**, reforma trabalhista e também propostas de fortalecimento das estatais.

Aliados de Lula também querem incluir no documento oficial um trecho de defesa da Amazônia e de enfrentamento de emergências climáticas.

Na área social, o foco deve ser a reformulaço da política de transferênça de renda com a retomada da estrutura do Bolsa Família, em um modelo que substituiria o Auxílio Brasil (criado no fim do ano passado pelo presidente Jair Bolsonaro no lugar do antigo programa).

Petistas defendem a mudanço de nome do programa, que pode voltar a ser chamado de Bolsa Família ou de Novo Bolsa Família. A campanha quer ressaltar no plano de governo a necessidade de combate à fome e à pobreza, além do fortalecimento da rede de assistênça social.

Outros pontos em discussão são: valorizaço do salário mínimo acima da **inflaço**, ampliaço dos direitos trabalhistas e renegociaço de dívidas de famílias e empresas.

Apesar de a campanha ainda não ter detalhado as propostas, as conversas apontam que a **reforma tributária** a ser defendida foi elaborada por PT, PC do B, PDT, PSB, PSOL e Rede, e apresentada em evento na Câmara dos Deputados em outubro de 2019.

À época, a versão sugerida previa a criaço de um IVA (imposto sobre o valor agregado) que reúne o ICMS (estadual) e ISS (municipal). Os estados seriam responsáveis pela arrecadaço, e dividiriam a receita com os municípios.

A proposta elaborada pelos partidos indicava a criaço de um IGH (imposto sobre grandes heranças), que seria cobrado para valores acima de R\$ 15 milhões. Além disso, metade dos recursos de um IGF (imposto sobre grandes fortunas) seria destinada à educaço. Outro item é a manutenço da desoneraço da cesta básica.

As linhas gerais do plano de governo estão sendo analisadas por representantes dos sete partidos que compõem a coligaço "Vamos juntos pelo Brasil", da chapa de Lula com o ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB).

Após encontro nesta quinta-feira (2), o grupo divulgou apenas os três eixos estruturantes do programa: desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico, sustentabilidade socioambiental e combate à crise climática; e reconstrução do Estado e da soberania e defesa da democracia.

Por enquanto, a discussão está concentrada em uma equipe formada por dois representantes de cada partido e coordenada pelo ex-ministro Aloizio Mercadante (PT), presidente da Fundação Perseu Abramo e coordenador do programa de governo de Lula.

Depois que as diretrizes forem aprovadas, o conteúdo do programa de governo será desenhado e apresentado aos candidatos e à coordenação da campanha. A ideia é apresentar na semana que vem as diretrizes do partido.

Além disso, a campanha quer lançar no dia 12 uma plataforma para receber contribuições da sociedade civil ao plano de governo do pré-candidato. A expectativa é que, após um prazo de 30 dias, algumas sugestões possam ser incorporadas ao programa.

Mesmo depois desse prazo, a plataforma continuará recebendo idéias. Esse período de propostas deve se estender até o fim da campanha eleitoral.

Há ainda a ideia de fazer rodadas de conversas com integrantes da sociedade civil e entidades, como CNI (Confederação Nacional da Indústria), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49931&anchor=6457045&pd=04b81c97155757fce38de69e08c6a26a>

A recuperação cíclica da economia brasileira (Artigo)

Gabriel Leal de Barros

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Dia sem imposto alivia preços



Deborah Hana Cardoso Carlos Silva*

O comércio brasileiro promoveu, ontem, o Dia Livre de **Impostos** (DLI), que busca conscientizar os consumidores e os varejistas a respeito do quão pesada é a carga tributária sobre os produtos.

Pelo menos, 40 mil estabelecimentos em todos os estados e no Distrito Federal participaram da ação, segundo a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e a Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDLJ).

Na capital do país, 32 estabelecimentos participaram da iniciativa e ofereciam produtos diversos, desde alimentos, botijão de gás, remédios, cosméticos, itens de higiene pessoal e limpeza, de diversas regiões administrativas. O destaque foram os combustíveis. O Posto Jarjour, na Asa Sul, até as 11h atendeu cerca de 250 motoristas que buscavam aproveitar os preços baixos. O litro da gasolina comum caiu de R\$ 7,79

para R\$ 5, sem os **tributos**.

Dono do posto, Wonder Jarjour participa da ação há 11 anos. Para ele, expor para a população a quanto se paga de **impostos** no país é fundamental.

"O intuito da campanha também é conscientizar o consumidor acerca da carga tributária.

Protestamos para mostrar que o real motivo do preço elevado de alguns produtos é devido aos altos **impostos**", afirma. De acordo com o empresário, o imposto estadual é o de maior impacto, chegando a cerca de 42% sobre o valor final da mercadoria.

O garçom Maciel dos Santos, 33 anos, foi um dos que aproveitou o DLI para abastecer o veículo. Ele mora em São Sebastião, e veio com a moto, na reserva, até o posto da Asa Norte. "O Brasil é um país que tem uma carga tributária muito alta. Isso impacta em muita coisa, como na alimentação, por exemplo, mas sinto principalmente nos combustíveis", relata.

O aposentado Donato de Carvalho, 63, saiu de Planaltina para abastecer o carro. Ele considera que a conscientização da sociedade sobre os valores dos produtos e dos **impostos** deveria ser maior, principalmente acerca dos combustíveis. "Eu entendo parte da política de preços, porém seria melhor orientar mais a população sobre como ela funciona.

Deveria ter iniciativas mais eficazes nesse sentido", conclui.

O coordenador da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDL Jovem), Hugo Leite, destaca a adesão de lojistas à campanha. "O imposto tem que existir, mas não da forma que está agora. Hoje, ele é complexo, complicado de calcular, e demanda muito tempo do empresário para fazer todo o cálculo e auditoria. Isso pesa na ponta do consumidor", avalia.

Perda de renda

A tributação no país é feita em três pilares: renda, patrimônio e consumo - o do consumo é considerado regressivo, ou seja, penaliza de menor rendimento e com o aumento da **inflação**, diminui os salários, aumentando o empobrecimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), 40,82% do rendimento médio do brasileiro é tributado.

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) mostra

que até maio deste ano, a população do país desembolsou mais de R\$ 1 trilhão com os **tributos**. O Impostômetro destaca que o Distrito Federal arrecadou cerca de R\$ 75 bilhões em **impostos** desde janeiro.

*Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho

O Brasil é um país que tem uma carga tributária muito alta. Isso impacta em muita coisa, como na alimentação, por exemplo, mas sinto principalmente nos combustíveis" Maciel dos Santos, garçom

**R\$ 75
BILHÕES**

**Imposto arrecadado no DF
até o fim de maio**

**R\$ 1
TRILHÃO**

**Arrecadação total de
impostos desde o início do
ano até maio no Brasil**

O PIB de 2023 (Editorial)

O comentário mais comum sobre o desempenho da economia no primeiro trimestre notou que o resultado do Produto Interno Bruto foi melhor do que o esperado no início do ano, mas que é provável uma contração no segundo semestre. Ademais, as primeiras previsões para 2023 são de estagnação.

Entre a discreta melhora e as estimativas pouco animadoras se interpõe o efeito mais relevante da alta das taxas de juros, além do fim dos aumentos transitórios de renda e do processo de normalização da atividade do setor de serviços.

Foi apenas na passagem de 2021 para 2022 que os juros chegaram a um nível que deve ter efeitos de contenção da atividade econômica. O impacto do aperto monetário deve ser mais sentido a partir da segunda metade deste ano.

A recuperação expressiva do nível de emprego contribuiu para o bom resultado do consumo das famílias. Entretanto a média dos salários continua no pior patamar da década -em boa parte por causa da **inflação**, que permanecerá muito alta, além dos 10% ao ano, até o terceiro trimestre ao menos.

Também em meados do ano devem se exaurir os aumentos de renda derivados do saque parcial do FGTS e da antecipação do 13o pagamento de benefícios do **INSS**. O setor de serviços, que contribuiu de modo importante para o crescimento de 1% do **PIB** entre janeiro e março, deve perder ímpeto depois da recuperação propiciada pelo fim das restrições maiores impostas pela epidemia.

Aumentos salariais em estados e municípios, além de reduções de **impostos**, devem dar o alento restante e cadente para a economia neste segundo trimestre, que até aqui apresenta bons indicadores de atividade e confiança.

Antes mesmo dos ventos frios do próximo semestre, no entanto, nota-se que o investimento teve queda significativa já nos três meses iniciais. É improvável que o indicador possa se recuperar em ambiente de crédito mais caro, previsões baixistas de crescimento, incerteza eleitoral e expectativas nebulosas para a economia global.

O ainda bom desempenho do PIB mundial e a alta do preço das commodities contribuiu para o avanço brasileiro no início do ano. As exportações cresceram e as importações diminuíram -no caso, também um

sinal de economia com demanda reduzida e dificuldades de importar, dada a crise internacional de abastecimento.

Em suma, a economia parecia recuperar o ritmo observado entre 2017 e 2019. A crise inflacionária tende a interromper a volta a essa normalidade menos que medíocre.

Talvez ainda seja possível evitar a estagnação de 2023. Em parte, essa hipótese depende do nível de sensatez dos candidatos e de quem vier a ser eleito em outubro. Um governo racional teria de dar início, ainda neste ano, a um programa reformista e de pacificação. Mais que o **PIB** deste 2022, essa é a discussão econômica crucial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

31

O PIB da reabertura, Putin e eleição - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

O **PIB** cresceu 1% no primeiro trimestre. Se a economia não crescer mais no restante do ano, o resultado do primeiro trimestre já garantirá uma expansão de 1,5% em 2022, o que nós, economistas, chamamos de carregamento estatístico.

A maioria dos analistas espera crescimento menor do que 1,5% em 2022, ou seja, a perspectiva é de queda do **PIB** no restante deste ano.

O bom desempenho do **PIB** veio de três fatores: reabertura da economia, elevação de preços de commodities e keynesianismo de ano eleitoral. Vejamos cada um separadamente.

Devido às três ondas de contágio e à manutenção do distanciamento social, o setor de serviços só começou a se recuperar mais rápido no fim de 2021. Depois, com o avanço da vacinação e a diminuição da gravidade da Covid, as coisas se normalizaram e tivemos até Carnaval, só que em abril.

Como os serviços respondem por 70% do **PIB** antes dos **impostos**, era esperado que o fim do distanciamento social tivesse efeito significativo, mas temporário, sobre o **PIB**. Mas, como não se reabre algo que já está aberto, o crescimento do setor de serviços tende a ser menor no restante de 2022.

Do lado externo, o aumento dos preços internacionais de commodities é tradicionalmente expansionista no Brasil. O efeito ocorre via aumento dos lucros do agronegócio, mineração e petróleo, maior arrecadação e gasto do governo e apreciação cambial.

Em 2021, a incerteza política criada por Bolsonaro, o terrorismo fiscal da Faria Lima sobre o teto de gastos e a hesitação do BC no juro emperraram o canal commodities-câmbio. O câmbio permaneceu alto apesar do boom de commodities.

Agora, a nova rodada de **inflação** de commodities gerada pelo "choque Putin" elevou a arrecadação e o resultado fiscal do governo, e o BC resolveu pagar o juro que a Faria Lima pedia. As duas coisas apreciaram o real, o que é temporariamente expansionista no Brasil.

Teoricamente, o choque Putin também é temporário. Quando os preços de commodities se estabilizarem em um patamar mais elevado, o efeito positivo sobre o **PIB** brasileiro perderá força e ficaremos "apenas" com o efeito negativo do aumento de juro para combater a elevação da **inflação**.

Terceiro, 2022 é ano eleitoral, e isso inverte a lógica orçamentária. Em vez de contingenciar gastos no início do ano e soltar o Orçamento no fim do ano, em ano de eleição ocorre o contrário. O governo faz "antecipação de **PIB**" via desonerações, subsídios e benefícios extraordinários.

Por definição, desoneração tributária tem impacto temporário sobre o crescimento. Quando o imposto se estabiliza na alíquota mais baixa, o efeito positivo sobre a renda disponível do setor privado cessa. O mesmo princípio vale para benefícios antecipados. O 13º salário pago agora não estará disponível em dezembro. Idem para os saques do FGTS.

Juntando as três coisas: reabertura, choque Putin e o impulso fiscal eleitoral, o crescimento do **PIB** deve continuar no segundo trimestre, mas em menor grau do que no primeiro trimestre porque o aumento de juro realizado pelo BC já começou a impactar negativamente a economia.

Para o segundo semestre, a expectativa é de nova estagnação do **PIB**, com risco de breve recessão técnica quando o mercado passar a analisar os efeitos do desgoverno Bolsonaro sobre as finanças públicas e a estrutura produtiva do Brasil em 2023 e depois.

Teoricamente, um novo governo pode melhorar a situação, anunciando uma política econômica racional e civilizada, mas ainda faltam quatro meses para o primeiro turno. Aperte os cintos, haverá volatilidade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49931&anchor=6457045&pd=04b81c97155757fce38de69e08c6a26a>

Putin invadiu a Europa, não apenas a Ucrânia (Artigo)



Separatistas russos patrulham Luhansk, no leste da Ucrânia

Thomas L. Friedman É colunista, escritor e ganhador do Prêmio Pulitzer The New York Times

Escrevo sem parar sobre a guerra na Ucrânia desde que a Rússia invadiu, em 24 de fevereiro, mas confesso que foi necessário para mim vir à Europa e me encontrar com políticos, diplomatas e empresários daqui para compreender o que aconteceu. Veja, eu pensei que Vladimir Putin havia invadido apenas a Ucrânia. Mas estava errado.

Putin invadiu a Europa.

Ele não deveria ter feito isso - que pode ter sido a maior estupidez cometida na Europa desde que Adolf Hitler invadiu a Rússia, em 1941. Mas só entendi isso plenamente quando cheguei a este lado do Atlântico.

De longe, era fácil presumir - e provavelmente fácil para Putin - que a Europa se conformaria com a invasão em escala total que a Rússia lançou contra a Ucrânia, da mesma maneira que a Europa se conformou quando, em 2014, Putin devorou a península ucraniana da Crimeia, uma fatia remota de território, onde ele enfrentou pouca resistência e detonou ondas de choque limitadas. Tudo errado.

REPRISE. Esta invasão - com soldados russos indiscriminadamente bombardeando prédios residenciais e hospitais na Ucrânia, matando civis,

saqueando lares, estuprando mulheres e criando a maior crise de refugiados na Europa desde a 2.^a Guerra - cada vez mais é vista como uma reprise no século 21 da investida de Hitler contra o restante da Europa, que começou em setembro de 1939 com o ataque alemão contra a Polônia.

Adicione a aparente ameaça de Putin de usar armas nucleares, alertando que qualquer país que interferir em sua guerra não provocada encarará "consequências jamais vistas", e isso explica tudo.

Explica por que, praticamente da noite para o dia, o governo alemão rompeu com seus quase 80 anos de aversão ao conflito, mantendo o menor orçamento de defesa possível, e anunciou, em vez disso, um enorme aumento de gastos militares e planos de enviar armas à Ucrânia.

Explica também por que, praticamente da noite para o dia, Suécia e Finlândia abandonaram mais de 70 anos de neutralidade e se candidataram a um lugar na Otan.

REFUGIADOS. Explica por que, praticamente da noite para o dia, a Polônia deixou de brincar com o pró-Putin, anti-imigração e populista Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, e abriu as suas fronteiras para mais de 2 milhões de refugiados ucranianos, ao mesmo tempo que o país se transformou em ponte terrestre para transportar as armas da Otan para dentro da Ucrânia.

Explica por que, praticamente da noite para o dia, a União Europeia substituiu anos de sanções econômicas brandas e capengas contra a Rússia e disparou um míssil econômico de precisão, sancionando o centro da economia de Putin.

Em suma, o que percebi foi justamente que a invasão russa à Ucrânia virou um terremoto europeu: "um despertar" - e então tudo mudou", conforme me disse o ex-ministro de Relações Exteriores alemão Joschka Fischer.

"O status quo anterior não retornará. Você está testemunhando uma imensa mudança na Europa em resposta à Rússia - não fundamentada na pressão americana, mas porque a percepção de ameaça em relação à Rússia de hoje é completamente diferente.

Nós entendemos que Putin não está tratando apenas da Ucrânia, está ameaçando todos nós e nossa liberdade", disse Fischer.

CONFRONTAÇÃO. Gostemos ou não, acrescentou ele, a Europa moderna encontra-se neste momento em um "modo de confrontação contra a Rússia.

"A Rússia não é mais parte de uma ordem europeia pacífica.

Houve uma completa perda de confiança em Putin." Haveria alguma dúvida a respeito do porquê? O Exército de Putin está destruindo sistematicamente cidades e infraestruturas da Ucrânia com a intenção aparente não de impor o controle russo sobre essas localidades, comunidades e fazendas, mas, em vez disso, apagá-las do mapa, juntamente com seus moradores, e fazer virar verdade, à força, a tresloucada alegação de Putin de que a Ucrânia na realidade não é um país.

No Fórum Econômico de Davos, na semana passada, entrevistei Anatolii Fedoruk, prefeito de Bucha, na Ucrânia, a cidade onde a Rússia foi acusada de assassinar centenas de civis, deixando cadáveres nas ruas para apodrecer ao relento ou empilhando os corpos dentro de uma cova coletiva escavada no jardim de uma igreja, antes de as tropas serem expulsas de lá.

"Tivemos 419 cidadãos pacíficos assassinados de diversas maneiras", disse Fedoruk.

"Não possuíamos nenhuma infraestrutura militar na nossa cidade. As pessoas não tinham como se defender. Os soldados russos saquearam, estupraram e se embebedaram. Estou realmente surpreso que isso esteja acontecendo em pleno século 21." Apesar da fase de "choque" desta guerra - que ainda transcorre -, detectei entre autoridades europeias, em Davos e Berlim, também uma fase de "deslumbramento". Falando francamente, enquanto os EUA parecem estar se desmanchando, os Estados Unidos da Europa - os 27 países-membros da União Europeia - surpreenderam todos, principalmente a si mesmos, ao se unirem com pulso firme, juntamente com outras nações europeias e a Otan, para bloquear a invasão de Putin. Quase deu para escutar as autoridades europeias dizendo: "Uau, fizemos mesmo isso primeiro?

Foi a primeira vez que fizemos isso?" **SANÇÕES.** Desde fevereiro, a UE impôs cinco pacotes de sanções contra a Rússia - sanções que não apenas castigam gravemente o governo russo, mas que também são custosas para os países do bloco europeu, em termos de negócios perdidos ou custos

maiores de matérias-primas.

Um sexto pacote, acertado na segunda-feira, cortará cerca de 90% das importações da UE de petróleo russo até o fim deste ano e excluirá o Sberbank, maior banco da Rússia, do Swift, o vital sistema internacional de transações financeiras.

Talvez a coisa mais impressionante seja a quantidade de refugiados ucranianos que os países da UE estão dispostos a abrigar sem tanta reclamação.

Há uma percepção de que os homens ucranianos estão lutando também em sua defesa, então, as nações do bloco europeu podem pelo menos abrigar suas mulheres, filhos e anciãos.

"Todos estão recebendo a mesma assistência de saúde, pensões para infância e benefícios de educação que os poloneses recebem", disse o primeiro-ministro da Polônia, Mateusz Morawiecki. "E por que não receberiam? Estão trabalhando e pagando **impostos**.

A única coisa que não têm é direito de votar." Putin pensou que a UE se fragmentaria rapidamente sob sua pressão, acrescentou Morawiecki.

"Mas ele estava errado.

A Europa está muito mais unida neste momento do que antes da guerra na Ucrânia".

Ao observar isso tudo, Putin tem de estar se perguntando: "Será mesmo um pulso firme o que vejo se levantando contra mim na UE? Pode ser! Não, espere, é sim! O que está acontecendo?

Pensei que tivesse a Alemanha no bolso - comprada e financiada pelo meu gás barato. Nunca pensei que eles pudessem se unir desse jeito à Ucrânia e considerar minha invasão um ataque contra todos eles." **CANSAÇO.** Mas foi justamente isso o que aconteceu. Ainda assim, muitos na UE se perguntam por quanto tempo conseguirão manter esse doloroso pulso. Trata-se de uma pergunta legítima. "Putin está contando com a fadiga do Ocidente", afirmou Morawiecki. "Ele sabe que tem muito mais tempo, porque democracias têm menos paciência que autocracias." Isso é verdade. Alguns líderes da UE já estão encorajando o presidente dos EUA, Joe Biden, a telefonar para Putin e explorar termos para um cessar-fogo. As forças de Putin no leste e no sul da Ucrânia estão esmagando neste momento o Exército ucraniano em várias junções estratégicas, atacando com foguetes e artilharia pesada. Os russos não precisam ser precisos, precisam apenas sobrepular as forças ucranianas com sua magnitude e volume.

Espero que os ucranianos sejam capazes de manter suas posições por tempo suficiente para que mais armas avançadas do Ocidente cheguem para equalizar a luta - e para que as sanções da UE contra a Rússia castiguem realmente, para que os ucranianos tenham uma posição verdadeiramente relevante em relação a Putin em alguma possível solução negociada.

Mas, dito isto, não posso deixar de ressaltar um outro tema que transpassou minhas conversas por aqui: uma convicção de que, por esta guerra ser em tamanha medida uma guerra de Putin e de que, por causa do barbarismo de suas forças, esta guerra é tão criminosa, enquanto Putin permanecer no poder em Moscou, será muito difícil confiar na Rússia a respeito de qualquer assunto que envolva a Ucrânia.

Não ouvi ninguém defender mudança de regime, mas também não ouvi ninguém dizendo que o Ocidente é capaz de retornar a alguma normalidade em relação à Rússia sem isso.

Tudo para dizer que algo muito grande em relação a Putin se rompeu aqui e haverá um problema quando nos sentarmos à mesa de negociação - enquanto Putin continuar a liderar a Rússia. Mas Putin é um problema com o qual o povo russo tem de lidar, não nós.

Há uma percepção de que os homens ucranianos estão lutando também em defesa da Europa

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Teto do ICMS pode tirar R\$ 21 bi da Educação

JÚLIA MARQUES

Um projeto de lei que altera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis e energia elétrica pode tirar até R\$ 21 bilhões da Educação brasileira e prejudicar os pagamentos de reajustes e bônus aos professores. Essa é a estimativa de um estudo de Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Outra pesquisa, do movimento Todos pela Educação, calcula perda de até R\$ 19,2 bilhões.

A proposta, em tramitação no Congresso, estabelece um teto de 17% na cobrança do ICMS para combustíveis, energia, transporte e telecomunicações.

O texto foi aprovado na Câmara na semana passada e deve ir à análise no Senado este mês. Essa mudança provocaria uma diminuição de até R\$ 83,5 bilhões na verba anual de Estados e municípios, conforme cálculos do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Parte desse valor é destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Formado por uma cesta de **impostos** (o ICMS é o mais importante deles), o Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação.

É por meio dele que Estados e municípios pagam professores e de onde tiram dinheiro para despesas como reformas de escolas, construção de salas de aula e projetos. "O Fundeb é usado quase em sua totalidade para a folha de pagamento na maioria dos municípios", explica o presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia. "O risco é de não dar conta de fazer o pagamento de pessoal ou ter de diminuir outros investimentos, sobretudo nos projetos de recuperação, para dar conta da folha." Neste ano, o reajuste no piso salarial dos professores foi de 33,24%, segundo cálculo fixado por lei. Na prática, embora seja regra nacional, nem todos os municípios conseguem cumprir, sob argumento de dificuldades de caixa. Com a possível redução do ICMS para o Fundeb, pode crescer o número de prefeituras que mantêm os salários dos docentes congelados ou que ficarão sem dinheiro para outras compensações, como

bônus a professor.

"Os municípios e Estados têm feito ao longo do primeiro semestre os acordos salariais, com a perspectiva de caixa que terão", explica Caio Callegari, pesquisador em financiamento da Educação e consultor do Todos pela Educação.

CRÍTICA. Outro efeito possível é a desistência de contratações adicionais, por exemplo de professores temporários, ou de aumento de carga horária dos docentes das redes. Projetos como os de escolas em tempo integral, que dependem de mais docentes ou jornada estendida, ficam prejudicados.

"Em um momento como esse, precisaria de medidas para aumentar o investimento e não diminuir. É como vender o almoço para comprar o jantar", critica o presidente do Consed, o secretário de Educação do Espírito Santo, Vitor de Angelo.

O projeto de lei, de autoria do deputado Danilo Forte (União- CE), é apoiado pelo governo federal. A justificativa é de aliviar o preço de serviços que há meses vêm sofrendo alta **inflação**, como os combustíveis e a energia elétrica. Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto poderá passar por mudanças para aliviar o impacto sobre o caixa de Estados e municípios, mas não há possibilidade de engavetá-lo.

Análise prevista

Presidente do Senado admite mudanças, mas diz que projeto, apoiado pelo governo, deverá ser votado

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula tenta reparar dano com tucanos



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um novo afago ao PSDB, após dizer, na terça-feira, que o partido "acabou". Ao falar da rivalidade que travou com Geraldo Alckmin (PSB) na época em que o ex-governador paulista era filiado à sigla, o petista ressaltou que ambos trocavam críticas como "amigos que jogam bola".

"Não é que Alckmin não me criticasse ou eu não o criticasse. A gente fazia as críticas como amigos que jogam bola. A gente dá botinada, a gente pisa no pé, chuta a canela, mas a gente continua sendo civilizado e continua conversando", afirmou, ontem, durante evento com figuras do setor da cultura no Rio Grande do Sul. Alckmin hoje é pré-candidato a vice de Lula.

Na quarta, o ex-presidente também acenou ao partido ao dizer que o país era "feliz" quando a principal polarização do cenário político brasileiro acontecia entre PT e PSDB. Os afagos são uma forma de o petista reverter o mal-estar que se instalou entre os tucanos após a declaração sobre a sigla ter acabado. Lula tenta angariar apoio de quadros do partido, no primeiro turno, à sua candidatura.

No mesmo evento, Lula defendeu que os ministros do Supremo Tribunal Federal devem evitar manifestações pela imprensa sobre casos que estão sendo julgados pela Corte. "O STF tem de apenas ser o guardião da Constituição. Não pode ficar fazendo discurso e dando voto pela imprensa. O voto tem de ser dado pelos autos do processo", criticou.

Lula voltou a dizer que é preciso recuperar a "normalidade das nossas instituições", ao reprovar a atuação do Ministério Público na Operação Lava Jato e o uso das chamadas emendas de relator, que deram origem ao orçamento secreto. O mecanismo é usado pelo Executivo para angariar apoio de parlamentares.

"Vamos ter de recuperar a normalidade das nossas instituições. O Congresso tem de voltar a legislar, o Ministério Público tem que voltar a cumprir seu papel de ser mais responsável", enfatizou o ex-presidente. "O Congresso Nacional não tem de ter orçamento próprio para o relator. Quem tem de cuidar do orçamento é o Poder Executivo. Este país tem de voltar à normalidade", acrescentou.

Lula também comentou a alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) e afirmou que a elevação não se reflete no aumento de salário ou na maior geração de empregos. De acordo com o petista, os dados podem revelar apenas "acúmulo de riqueza" para o empresariado brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o **PIB** cresceu 1% no primeiro trimestre, na comparação com os últimos três meses de 2021 (leia reportagem na página 7).

"Quando o **PIB** cresce, você não recebe aumento de salário porque o **PIB** cresceu. Nem sempre que o **PIB** crescer significa que gerou mais emprego. Às vezes, nós temos certeza de que gerou acúmulo de riqueza em quem é empresário neste país", disse, durante debate sobre cooperativismo também em Porto Alegre. "Agora, quando o **PIB** não cresce, você pode ter certeza de que o trabalhador perde. Quando ele cresce, a gente não tem certeza de quem ganha, mas quando não cresce, a gente tem certeza de que vem para as costas do trabalhador." Na linha de destacar políticas econômicas que vigoraram durante suas gestões na Presidência, Lula frisou que no seu governo o salário mínimo era reajustado pela **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do **PIB** de dois anos antes. "Aí você estava dando o aumento do **PIB** para o trabalhador", acrescentou.

O governo de Jair Bolsonaro (PL) tem optado por dar apenas o reajuste pela **inflação**, garantido pela Constituição, devido à situação delicada das contas públicas.

MP investiga cachê pago em mais 23 municípios



Vista de Conceição do Mato Dentro: show de Gustavo Lima foi cancelado após polémica sobre cachês milionários

INSTAGRAM/REPRODUÇÃO



Cantor Zé Neto criticou Lei Rouanet e acabou expondo cachês milionários

Bruno Luís Barros

Após criticar a Lei Rouanet durante apresentação em Sorriso, no Mato Grosso, o show do cantor Zé Neto, da dupla com Cristiano, entrou na mira do Ministério Público. O artista recebeu R\$ 400 mil da prefeitura para integrar a grade de programação cultural da festa de 36 anos do município. Logo, foi no palco desse evento que o sertanejo deu o tom ácido contra a legislação federal de incentivo à cultura. Agora, além de Sorriso, outras 23 prefeituras do estado serão investigadas. São elas: Gaúcha do Norte, Porto Alegre do Norte, Figueirópolis D'Oeste, Nortelândia, Salto do Céu, Alto Taquari, Novo São Joaquim, Nova Mutum, Sapezal, Canarana, Acorizal, Brasnorte, Água Boa, São José do Xingu, Vera, Barra do Garças, Juína, Querência, Bom Jesus do Araguaia, Santa Carmem, Matupá, Nova Canaã do Norte e Novo Horizonte do Norte.

"Nós somos artistas que não dependemos de Lei Rouanet. Nosso cachê quem paga é o povo. [...] A gente não precisa fazer tatuagem no "toba" para

mostrar se a gente está bem ou não. A gente simplesmente vem aqui e canta, e o Brasil inteiro canta com a gente", declarou Zé Neto, em 13 de maio, no palco do evento bancado com dinheiro público.

A declaração do artista, porém, gerou uma onda de exposições dos cachês astronômicos pagos a cantores sertanejos com verbas de prefeituras de cidades de pequeno ou médio portes. Nesse sentido, Gustavo Lima -considerado "Embaixador" do gênero musical e que "ostenta" o título do cachê mais caro do Brasil -teve seus pagamentos expostos nas redes sociais e na mídia, e que resultaram em investigações do Ministério Público.

Conforme o procurador-geral José Antônio Borges Pereira, o objetivo da apuração é ter "acesso à remessa da cópia integral do procedimento gerado a todos os promotores de Justiça que detenham atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa nas comarcas citadas (...), para conhecimento e providências (...)".

CANCELAMENTO Com cachês na mira das diligências do Ministério Público, o cantor Gustavo Lima fez uma transmissão ao vivo no Instagram no fim da noite de segunda-feira. Em pronunciamento que durou pouco mais de 20 minutos, o astro do sertanejo disse que nunca se beneficiou com dinheiro público. No final, ele chorou e qualificou os episódios recentes como uma "perseguição". "Não é porque é uma prefeitura que vou deixar de cobrar o meu valor, pois tenho contas e funcionários para pagar. Quando o boleto chega no fim do mês, não tem choro e não tem vela", enfatizou o sertanejo.

O cantor Zé Neto entrou na live de Gustavo Lima e assumiu a responsabilidade pela polêmica. "Cara, quem tem que dar satisfação sou eu, irmão. Tô (sic) atravessando uma fase ruim, sou seu irmão, não precisa se explicar, joga para mim, irmão. Não tem nada a ver com você", comentou.

No último sábado, a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas, anunciou o cancelamento dos shows de Gustavo Lima e da dupla Bruno e Marrone na 30- Cavalgada do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, que ocorrerá entre 17 e 23 de junho. A decisão do Executivo ocorreu após vir a público que a gestão municipal faria uso indevido

dos valores da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para pagar os cachês dos artistas, que, somados, correspondem a R\$ 1,72 milhão.

O recurso é um tributo pago pelas mineradoras para municípios onde há atividades minerárias e, segundo o portal da Agência Nacional de Mineração, só pode ser aplicado em "projetos que, direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação". Em **comunicado**, o Executivo afirmou que recebeu "com perplexidade" as "notícias que dizem que os shows ocorriam com verbas da saúde e educação" e reafirmou que o uso dos recursos do Cfem ocorre de forma legal.

Além dos pagamentos fixados para Gustavo Lima e a dupla, que acabaram tendo suas apresentações canceladas, Simone e Simaria (R\$ 520 mil), Israel e Rodolfo (R\$ 310 mil), Padre Alessandro Campos (R\$ 162 mil), Di Paullo e Paulino (R\$ 120 mil), João Carreiro (R\$ 100 mil) e Thiago Jhonathan (R\$ 90 mil) estão entre as principais atrações que seguem mantidas no evento. Todos os cachês, conforme a prefeitura, serão pagos com recursos do Cfem.

Contratos são analisados

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) instaurou um procedimento, intitulado Notícia de Fato, para analisar os contratos firmados pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro com artistas que se apresentarão no município neste mês. Por meio de nota, o órgão disse que o objetivo é verificar se há elementos que justifiquem a abertura de uma investigação pelo MPMG (inquérito civil). Procurado pela reportagem ontem, o MP disse que as diligências ainda estão em curso, não havendo fato novo. A prefeitura diz que não há irregularidades nos contratos, porque a destinação de recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para atrações musicais é amparada por lei federal, mas, mesmo assim, cancelou o show de Gustavo Lima após o início da polêmica sobre cachês milionários.

Em Roraima, a contratação feita pela Prefeitura de São Luiz, município no Sul do estado, também gerou repercussão nas redes sociais nos últimos dias. A cidade, que tem cerca de oito mil habitantes e o segundo menor Produto Interno Bruto (**PIB**) do estado - R\$ 147,6 milhões -, contratou o cantor Gustavo Lima por R\$ 800 mil, para ser a atração principal da 24-edição da vaquejada. O Ministério Público investiga a origem dos recursos.

Na ocasião, a assessoria de imprensa do cantor disse,

por meio de nota, que "não cabe ao artista fiscalizar as contas públicas", e que "qualquer ilegalidade cometida pelos entes públicos, seja na contratação de shows artísticos ou qualquer outra forma de contratação com o setor privado, deverá ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas". Cesar Menotti e Fabiano e Solange Almeida também são algumas das atrações já confirmadas. Somando os gastos com os artistas e a estrutura, o evento deve custar R\$ 3 milhões ao município.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/06/2022/p1>

Compra de mansão por Flávio Bolsonaro é cercada de dúvidas



A mansão comprada pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) em área nobre de Brasília Raul Spinassé - 2.mar.21/Folhapress

Constança Rezende e Lucas Marchesini Brasília

A compra de uma mansão por R\$6 milhões pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), em área nobre de Brasília, levantou questões sobre a origem do dinheiro da transação e as taxas praticadas no financiamento.

A Folha revelou nesta quarta-feira (1º) que Flávio afirmou à Justiça que, além do salário de senador, também tem renda como empresário e advogado para bancar o crédito imobiliário. Quando a compra da mansão veio a público, Flávio disse que o dinheiro ganho como empresário permitiu realizar o negócio, mas não fez menção a recursos recebidos como advogado.

Segundo a escritura, o parlamentar financiou R\$ 3,1 milhões, liberados pelo BRB (Banco de Brasília), comandado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB), um aliado de Jair Bolsonaro (PL). Já a parcela inicial do financiamento equivale a mais da metade da renda declarada do casal.

O negócio foi concretizado às vésperas de Flávio ser beneficiado por uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que anulou as quebras de sigilo bancário e fiscal da investigação conduzida pelo Ministério Público do Rio do caso das rachadinhas.

O MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) indicou que o dinheiro ganho no esquema serviu para Flávio

comprar imóveis no estado.

A compra da mansão foi a 20ª transação imobiliária feita pelo senador em 16 anos.

O MP-RJ apontou que operações de compra e venda de dois imóveis por Flávio Bolsonaro foram usadas para lavagem de dinheiro.

O filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro foi acusado de liderar um esquema de rachadinha em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa, levado a cabo por meio de 12 funcionários fantasmas de 2007 a 2018, período em que exerceu o mandato de deputado estadual.

Flávio foi denunciado em novembro de 2020 pela Promotoria fluminense sob a acusação dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Ele nega as acusações. A denúncia foi arquivada pelo Tribunal de Justiça do Rio após o STJ invalidar parte das provas.

Veja perguntas e respostas sobre essa transação.

*

Quanto Flávio Bolsonaro pagou na mansão? O imóvel foi vendido a Flávio por R\$ 5,97 milhões, segundo certidão do 1º Ofício do Registro de Imóveis do DE Pouco mais da metade (R\$ 3,1 milhões) foi financiada pelo BRB (Banco de Brasília). Parte do restante, segundo o vendedor, foi pago por meio de transferências bancárias e uma parte ainda estava pendente quando o caso foi revelado.

Qual o valor da prestação? Segundo o contrato de compra e venda do imóvel, a prestação inicial assumida pelo parlamentar e por sua mulher é de R\$ 18.744,16. A escritura foi lavrada em Brazlândia, que fica na periferia do Distrito Federal, a 45 km do centro da capital, mas o registro foi feito no Plano Piloto.

O saldo devedor é corrigido mensalmente pela **inflação**, por isso, o valor da parcela flutua de acordo com a variação do índice. O sistema escolhido foi o SAC (Sistema de Amortização Constante), com prestações mais altas no início e que diminuem progressivamente. O prazo para a compra do imóvel foi de 360 meses (30 anos).

A renda do casal é compatível com o total financiado? A Folha revelou, com base na escritura do imóvel, que a prestação compromete 50% da renda do casal. Juntos, segundo o documento, eles comprovaram renda de R\$36.957,68. Ele declarou ganhar R\$ 28.307,68 e ela, R\$ 8.650.

As rendas, somadas, são menores que a mínima exigida pelo BRB para contratação de financiamento nessas condições. Segundo simulador disponível no site da instituição, nessa linha, o tomador precisaria ganhar pelo menos R\$ 46.401,25. A parcela inicial do financiamento imobiliário equivale a mais da metade da renda declarada do casal.

Isso levou a deputada Erika Kokay (PT-DF) a questionar o financiamento na Justiça. Na sua resposta, Flávio disse que além do salário de senador, também tem renda como empresário e advogado. Não há, entretanto, nenhum registro de caso no DF ou no RJ, os estados onde ele pode advogar, no qual Flávio apareça como advogado. Não há também processos em instâncias superiores no qual trabalhe.

Qual a taxa de juros cobrada pelo BRB? De acordo com a escritura, o senador optou pela taxa reduzida de 3,65% ao ano mais **inflação** medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo). Na certidão de ônus do imóvel, no entanto, consta apenas a parte fixa dos juros.

Para ter a taxa reduzida, o senador precisou fazer a portabilidade de salário para o BRB e contratar produtos como cheque especial e cartão de crédito. A taxa efetiva, após acréscimo de encargos, é de 3,71%. Caso ele desista dos produtos financeiros da instituição no meio do contrato, ele precisará pagar a "taxa de balcão", que é de 4,75%, disponível para quem não é cliente do banco.

Como foi feito o pagamento ao antigo proprietário do imóvel? A Folha revelou, em março de 2021, que Flávio ainda devia naquele mês R\$ 1,8 milhão pelo imóvel, apesar de a escritura dizer que o vendedor teria recebido o valor integral da entrada. Primeiro, o empresário Juscelino Sarkis, da RVA Construções e Incorporações -empresa que vendeu o imóvel-, disse que Flávio fez duas transferências para pagamento da entrada.

Depois, em nota, a empresa afirmou que foram três transferências no total de R\$ 4,2 milhões. Apesar dos valores pendentes, a transação do imóvel foi registrada em cartório.

Na escritura registrada, é informado que "o(s) outorgante(s) vendedor(es) declara (m) já haver

recebido do(s) outorgado(s) comprador(es) e devedores) fiduciante(s) o valor relativo à parcela dos recursos próprios".

Em nome de quem está o imóvel? A mansão está no nome do senador e de sua mulher, a dentista Fernanda Bolsonaro. Eles são casados em regime de comunhão parcial de bens.

Qual a origem do dinheiro? O senador argumentou ter usado recursos próprios na transação, decorrentes da venda de um imóvel na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e de uma franquia para pagar a entrada da mansão.

"Eu vendi um imóvel que eu tinha no Rio de Janeiro, vendi uma franquia que eu também possuía no Rio de Janeiro e dei entrada em uma casa aqui em Brasília", afirmou, referindo ao imóvel da Barra e à franquia de uma loja de chocolates que tinha em shopping da capital fluminense.

Agora, Flávio diz que também usou recursos obtidos de trabalho como advogado, como revelou a Folha.

Onde fica a mansão? O imóvel fica no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul, bairro nobre da capital federal. Ela tem 1.100 m2 de área construída, em um terreno de 2.500 m2.

O conteúdo do anúncio de venda do imóvel à época descrevia a mansão. Um trecho dizia: "No piso superior, sala e copas íntimas, uma brinquedoteca, quatro suítes amplas, sendo a master com hidromassagem para o casal, closet e academia." "Na área externa, piscina e spa com aquecimento solar, iluminação em led e deck, banheiros do espaço gourmet, depósito, quatro vagas de garagem cobertas e mais quatro descobertas", seguia o anúncio do imóvel.

A mansão em Brasília é o 20o imóvel que Flávio adquire em um intervalo de 16 anos - considerando um andar com 12 salas comerciais de que foi proprietário. A intensa atividade imobiliária do filho do presidente foi revelada pela Folha em 2018.

Na denúncia oferecida contra o senador no caso das rachadinhas, o Ministério Público do Rio de Janeiro apontou que as operações de compra e venda de dois imóveis foram usadas para lavagem de dinheiro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49931>

Governo avalia PEC em lugar de calamidade para subsidiar combustíveis

Idiana Tomazelli Julia Chaib Marianna Holanda

Integrantes do governo Jair Bolsonaro (PL) avaliam a possibilidade de aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para abrir caminho a medidas de combate à alta no preço dos combustíveis.

A estratégia é uma das opções que estão na mesa para ser acionada na tentativa de baixar os preços. Ela seria uma alternativa ao decreto de calamidade pública, que voltou a ser defendido pela ala política do governo, mas enfrentava resistência de técnicos da área econômica, como mostrou a Folha.

A opção do decreto acabou perdendo força em meio à repercussão ruim das negociações, embora não tenha sido totalmente descartada. No entanto, o presidente ainda não desistiu de buscar uma solução para o tema, que preocupa sua equipe de campanha e é visto como o principal obstáculo à reeleição.

A preferência do governo é por uma medida que não imponha travas a gastos como concessão de reajuste salarial a servidores, como ocorreria no caso de decretação de calamidade.

Uma reunião no Palácio do Planalto, com a presença de Bolsonaro e dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Adolfo Sachsida (Minas e Energia), Célio Faria Junior (Governo) e Bruno Bianco (Advocacia-Geral da União), foi convocada às pressas para discutir o tema. O compromisso não consta na agenda oficial do presidente.

Segundo fontes do governo, a principal referência para a discussão em torno da PEC é o dispositivo da antiga PEC emergencial, convertida em emenda constitucional em março de 2021 e que permitiu a prorrogação do auxílio a vulneráveis.

Em 2020, no início da pandemia de Covid-19, o governo decretou calamidade e criou o auxílio emergencial para as famílias mais necessitadas, mas ambos só duraram até dezembro daquele ano.

Sem ver brechas para enquadrar os gastos da pandemia como imprevisíveis, dado que a crise já levava meses, e tendo de lidar com os efeitos prolongados da Covid-19 sobre a economia, o governo

optou por uma PEC para autorizar novos gastos extrateto. O texto permitiu a prorrogação do auxílio emergencial e estabeleceu um limite de R\$ 44 bilhões para a ação.

Fontes envolvidas nas discussões afirmam que ainda não há um valor estipulado para a despesa extrateto com combustíveis na nova PEC, mas dizem que essa é a linha em estudo. Ainda não há uma decisão tomada dentro do governo.

Técnicos contrários à calamidade admitem reservadamente que a PEC seria a via "mais segura", para evitar futuros questionamentos. Há um temor entre servidores de assinar documentos para cancelar medidas que, depois, podem ser contestadas por instâncias de controle. No entanto, isso não significa apoio desses técnicos a um furo no teto.

A discussão ocorre no momento em que Guedes está sob pressão para oferecer uma saída. Segundo políticos próximos ao presidente, se não houver uma solução para os combustíveis, pode haver nova ofensiva para retirá-lo do cargo. Há a leitura de que a letargia na Economia poderia comprometer o projeto de reeleição de Bolsonaro.

Nova edição do Datafolha mostrou ampliação da vantagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação a Bolsonaro na pesquisa de intenção de voto. O petista aparece com 48% no primeiro turno, ante 27% do presidente.

Por outro lado, há o reconhecimento de que, a quatro meses da eleição, não será fácil aprovar uma PEC, tipo de proposta que tem tramitação mais demorada e requer apoio de 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

O calendário tem sido um adversário das intenções do Planalto de tirar do papel alguma medida que contenha o preço dos combustíveis. Mesmo a troca no comando da Petrobras ainda não foi efetivada e deve demorar a sair. A assembleia de acionistas só é realizada 30 dias após a convocação, que, por sua vez, depende do envio das indicações do governo ao conselho de administração.

No Congresso, aliados governistas são taxativos ao

dizer que o governo precisa tomar alguma atitude para não deixar a conta do aumento dos combustíveis e também de tarifas de energia recair sobre o bolso dos mais pobres. Segundo fontes do governo, um decreto de calamidade teria a vantagem de afastar as restrições da lei eleitoral à criação de um subsídio para combustíveis e driblar algumas amarras da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) à criação de despesas.

No entanto, técnicos da área econômica são taxativos em afirmar, nos bastidores, que não veem justificativa plausível para decretar calamidade neste momento e abrir créditos extraordinários para bancar despesas fora do teto de gastos (regra que limita o avanço de despesas à **inflação**).

Interlocutores políticos do presidente queriam emplacar a medida com base na Guerra na Ucrânia, que impulsionou os preços de petróleo no mercado internacional, e no risco de desabastecimento de diesel. A leitura era a de que a calamidade afastaria os requisitos formais de urgência e imprevisibilidade para abertura de crédito extraordinário. Para os técnicos, porém, os argumentos não são suficientes.

No governo Michel **Temer** (MDB), quando houve a criação de um subsídio para o diesel, o crédito extraordinário que bancou a medida veio após dez dias de paralisação dos caminhoneiros -o que colocava o problema de desabastecimento como um fato, não como risco.

Em meio à pressão de uma ala do governo por um decreto de calamidade, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse à Folha que a decisão sobre

a solução para baixar o preço dos combustíveis será tomada após algumas "etapas".

Segundo o parlamentar, que coordena a campanha à reeleição do pai, é preciso aguardar a aprovação do PLP18, que define um teto para a alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, para verse irá surtir efeitos na bomba.

Caso isso não ocorra, o governo pode, diz, acionar outras medidas para reduzir a alta de preços, sem detalhar quais.

Em entrevista à CNN Brasil, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou que o governo pode decretar estado de calamidade pública a "depende da situação do país".

O chefe da principal pasta do governo não descartou usar o instrumento, mas disse acreditar que atualmente ele não é necessário.

"A população está sofrendo hoje. Eu não vejo necessidade desse estado de calamidade atualmente, mas, se chegar a um ponto de uma situação como essa, nós teremos que decretá-la" disse.

Em entrevista à Folha, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse ser justamente a alta nos combustíveis o que está segurando o crescimento de Bolsonaro nas pesquisas.

RELATOR NEGA COMPENSAR ESTADOS POR CORTE NO ICMS DE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA

O relator da proposta que limita a tributação estadual sobre combustíveis e energia, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), descartou nesta quinta-feira (2) a inclusão em seu texto de novas formas de compensação aos estados -como contas de compensação, fundos ou transferência direta- pela perda de arrecadação causada pelo projeto. Por outro lado, Bezerra, ex-líder do governo no Senado, afirmou que há espaço para uma "modulação"-um período de transição para a alíquota-teto de 17% a 18% do ICMS para itens como a conta de luz (limite que o projeto busca implementar).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49931&anchor=6457045&pd=04b81c97155757f38de69e08c6a26a>

Campanhas de Tebet e Ciro articulam pacto de não agressão e agenda comum



Ciro Gomes e Simone Tebet; pré-candidatos ao Planalto buscam romper a polarização protagonizada por Bolsonaro e Lula

PEDRO VENCESLAU

Aliados da senadora Simone Tebet (MDB-MS) e do ex-ministro Ciro Gomes (PDT-CE) tentam promover uma aproximação dos dois pré-candidatos à Presidência. A iniciativa visa estabelecer uma convivência pacífica - espécie de pacto de não agressão -, em meio à polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL). Eles podem construir uma agenda mínima.

Entre as pautas convergentes estão os desafios da economia - a **inflação**, o desemprego e a pobreza -, a defesa da democracia e a crítica à radicalização imposta no atual ciclo pré-eleitoral.

Simone e Ciro se colocam como pré-candidaturas do centro democrático, mas, enquanto ela se situa na chamada terceira via, ele se posiciona mais à esquerda no espectro político.

Em outra frente, o MDB abriu um canal de diálogo com o Podemos para tentar ampliar a coligação da senadora. O partido chegou até a lançar a pré-candidatura do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro Sérgio Moro, mas a iniciativa foi frustrada com a migração do ex-juiz da Lava Jato para o União Brasil. Atualmente, após a chancela da cúpula emedebista para representar a terceira via, Simone conta apenas com o apoio do Cidadania e espera pela palavra final

do PSDB.

"GRANDEZA". O primeiro sinal do movimento entre Ciro e Simone se deu na participação, na quarta-feira passada, do ex-senador gaúcho Pedro Simon, decano do MDB, em um programa apresentado pelo pedetista nas redes sociais.

Na ocasião, Simon classificou como um desastre a "dobradinha" Lula e Bolsonaro e disse que os pré-candidatos do MDB e do PDT precisam "caminhar, discutir e debater com grandeza".

Ciro concordou, elogiou Simone e o pai dela, o ex-senador Ramez Tebet, e se colocou à disposição para o diálogo.

"Em qualquer mesa em que o senhor estiver, eu estarei na cabeceira.

Me convoque que eu estarei", afirmou ele.

Os presidentes do PDT, Carlos Lupi, e do MDB, Baleia Rossi, reforçaram a ideia. "Estamos abertos para o diálogo com a Simone. Esse é o caminho natural", disse Lupi. "Temos de conversar com todos aqueles que são alternativas à polarização. O diálogo está no DNA do MDB. Não se faz política com veto. Temos de buscar os pontos de convergência", afirmou Baleia Rossi.

A articulação no centro político esbarra, porém, em questões regionais, especialmente no Ceará. No Estado, o MDB e o PDT são rivais históricos.

Uma reunião entre Ciro e Simone neste momento, dizem aliados, acirrará os ânimos com o grupo do ex-senador Eunício Oliveira, que é próximo de Lula e se opõe à pré-candidatura da emedebista.

PALANQUE. Do lado da senadora, enquanto os tucanos caminham para um acordo na disputa presidencial, o MDB abriu um canal de diálogo com o Podemos, que ficou sem candidato próprio. As conversas ainda são preliminares, mas integrantes do MDB avaliam que a chapa de Simone com o senador Tasso Jereissati (PSDBCE) na vice, que já indicou que pode aceitar o posto, tem o que chamam de afinidades históricas com o Podemos.

Há resistências. Segundo o senador Álvaro Dias (Podemos- PR), a sigla estaria dividida entre lançar candidatura própria ou liberar os filiados.

FATOR LEITE. A solução do impasse entre o PSDB e o MDB teve de ser adiada porque a senadora cancelou uma viagem ao Rio Grande Sul, que estava prevista para ontem e hoje, em razão da morte de seu sogro, Agostinho Rocha Segura, de 80 anos, em Três Lagoas (MS).

Ele morreu em consequência de um AVC que sofreu na quinta- feira passada.

Simone deve ir próxima semana a Porto Alegre para uma rodada de conversas com líderes locais do MDB e com o exgovernador Eduardo Leite (PSDB). O acordo local passa pela desistência do deputado estadual Gabriel Souza (MDB) de disputar o Palácio Piratini para apoiar o candidato tucano, que deve ser Leite.

Após a desistência de João Doria de disputar o Palácio do Planalto, o PSDB estabeleceu como contrapartida ao apoio a Simone que o MDB abraze mão de lançar candidatos próprios em três Estados para apoiar tucanos: Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Nos dois últimos, já está certo que a pré-candidata terá dois palanques.

"Estamos abertos para o diálogo com a Simone. Esse é o caminho natural."

Carlos Lupi Presidente do PDT

"Temos de conversar com todos aqueles que são alternativas à polarização.

O diálogo está no DNA do MDB."

Baleia Rossi Presidente do MDB

"Em qualquer mesa em que o senhor (ex-senador Pedro Simon, MDB) estiver, eu estarei na cabeceira."

Ciro Gomes (PDT) Pré-candidato ao Planalto

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB confirma desalento da economia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para governo, crescimento do PIB é "robusto" e indica recuperação

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IBGE não divulga taxa de poupança por falta de dados

GABRIEL SHINOHARA E CÁSSIA ALMEIDA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator negocia mudanças no ICMS

Vandson Lima, Renan Truffi e Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187235?page=1§ion=1